



## CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

### PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

**PROCESSO Nº:** 7575/2025

**PROJETO DE LEI Nº:** 1101/2025

**AUTORIA:** PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

**EMENTA:** Dispõe sobre a denominação do Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI do Bairro Enseada de Jacaraípe.

#### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL:

- Presidente: Professor Renato Ribeiro (PDT)
- Vice-Presidente: Raphaela Moraes (PP)
- Secretário: Dr. William Miranda (UB)

### I. RELATÓRIO

Trata-se de análise do Projeto de Lei nº 1101/2025, de autoria do Poder Executivo Municipal, que objetiva denominar como "CMEI Professora Rosane Edna da Silva" o Centro Municipal de Educação Infantil localizado no bairro Enseada de Jacaraípe.

A proposição foi protocolada em 10/12/2025 e encaminhada a esta Comissão para análise de constitucionalidade e legalidade.

Consta nos autos o Parecer Jurídico nº 859/2025, exarado pela Douta Procuradoria, que opinou pelo regular prosseguimento da matéria, ressalvando, contudo, a necessidade de duas providências: a juntada da Certidão de Óbito da homenageada para comprovar o atendimento ao Art. 3º da Lei Orgânica





## **CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Municipal e a realização de emenda ao texto para mencionar a Lei Ordinária nº 6.106/2024, que rege as denominações de equipamentos públicos.

O projeto tramita em regime Ordinário. Não há registro de Emendas apresentadas por parlamentares até o presente momento.

## **II. ANÁLISE**

### **1. Constitucionalidade e Legalidade**

Compete a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final (CLJRF) analisar os aspectos constitucional e legal da matéria, nos termos do Art. 64 do Regimento Interno (Resolução nº 278/2020).

Acolhemos parcialmente o Parecer Jurídico nº 859/2025, exarado pela Douta Procuradoria.

A matéria é de competência do Município, versando sobre assunto de interesse local, conforme preceitua o Art. 30, inciso I, da Lei Orgânica Municipal (LOM). A iniciativa do Poder Executivo é legítima, encontrando amparo no Art. 143 da LOM. Ademais, o Art. 73 da LOM estabelece a competência concorrente entre o Prefeito e a Câmara para dar denominação a prédios municipais e logradouros públicos.

Quanto ao mérito da denominação, esta Comissão verifica a necessidade de estrita observância ao Art. 3º da Lei Orgânica Municipal, que veda a atribuição de nomes de pessoas vivas a bens públicos. Embora a justificativa do projeto informe o falecimento da homenageada em 19 de maio de 2025, a instrução processual carece de prova documental (Certidão de Óbito), conforme apontado pela Procuradoria. A ausência deste documento impede a confirmação da legalidade da homenagem.





## CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

### 2. Técnica Legislativa e Redação (LC 95/98)

A Procuradoria opinou pela necessidade de adequação do texto às diretrizes locais de técnica legislativa.

Esta Comissão identifica que o projeto, em sua redação original, não faz referência à Lei Municipal nº 6.106/2024, que consolida ou regula as denominações de equipamentos públicos no Município. A ausência desta menção constitui um vício de técnica legislativa que deve ser sanado pela inclusão de dispositivo específico (Parágrafo único) que determine a inserção das informações no anexo da referida Lei, garantindo a sistematização do ordenamento jurídico municipal.

Ademais, o texto da minuta apresenta-se com clareza e precisão, respeitando as demais regras da Lei Complementar nº 95/98.

### III. VOTO DA COMISSÃO

Diante do exposto, esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifesta-se:

Pela **CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE** do Projeto de Lei nº 1101/2025, condicionada ao cumprimento das seguintes exigências:

1. **Juntada de Documento:** O Executivo Municipal ou a liderança do governo na Casa deve providenciar a juntada da Certidão de Óbito da Sra. Rosane Edna da Silva aos autos.
2. **Acolhimento de Emenda:** Aprovação da Emenda Modificativa abaixo proposta para sanar o vício de técnica legislativa apontado, inserindo o Parágrafo único ao Art. 1º.

#### EMENDA MODIFICATIVA Nº 01/2025 AO PROJETO DE LEI Nº 1101/2025





## CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

O Art. 1º passa a vigorar acrescido de Parágrafo único, com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

Parágrafo único. Ficam inseridas no Anexo Único da Lei nº 6.106, de 6 de dezembro de 2024, as informações referentes ao equipamento público denominado por esta Lei."

### IV. CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Comissão opina **FAVORAVELMENTE** à tramitação e aprovação do Projeto de Lei nº 1101/2025, **CONDICIONADA** ao acolhimento da Emenda anexa e, **OBRIGATORIAMENTE**, à **prévia juntada da Certidão de Óbito da homenageada**.

**Ressalta-se que a presente proposição NÃO DEVERÁ ser incluída na Ordem do Dia para deliberação em Plenário enquanto não for sanada a pendência documental (Certidão de Óbito), sob pena de nulidade por violação ao Art. 3º da Lei Orgânica Municipal.**

Sala de Reuniões, 16 de dezembro de 2025.

**Professor Renato Ribeiro (PDT)**  
Presidente

**Raphaela Moraes (PP)**  
Vice-Presidente

**Dr. William Miranda (UB)**  
Secretário

